

## **Banco de Alimentos: desafios de sua estruturação como Promotor da Segurança Alimentar e Nutricional no município de Natal/RN**

**Food Bank: challenges of its structure as a Promoter of Food and Nutritional Security in the municipality of Natal/RN**

**Banco de Alimentos: desafíos de su estructura como Promotor de la Seguridad Alimentaria y Nutricional en el municipio de Natal/RN**

Recebido: 02/06/2022 | Revisado: 13/06/2022 | Aceito: 16/06/2022 | Publicado: 28/06/2022

**Fernanda Montenegro Barbosa**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2910-878X>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil  
E-mail: [nanda.mobar@gmail.com](mailto:nanda.mobar@gmail.com)

**Saint Clair Lira Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2738-9272>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil  
E-mail: [saint.lira@ifrn.edu.br](mailto:saint.lira@ifrn.edu.br)

**Renata Nayane Fernandes dos Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8796-8051>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Brasil  
E-mail: [renatanaynane@gmail.com](mailto:renatanaynane@gmail.com)

**Tanyla Cybelly Lira Santos**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0346-7194>

Universidade Federal do Semiárido, Brasil

E-mail: [tanyla\\_cybelly@hotmail.com](mailto:tanyla_cybelly@hotmail.com)

### **Resumo**

O presente trabalho teve como objetivo realizar uma análise crítica dos avanços e desafios experimentados no processo de reestruturação do Banco de Alimentos do município de Natal/RN. Caracterizou-se como um estudo de caso, exploratório, qualitativo e quantitativo referente aos desafios da estruturação do Programa Banco de Alimentos do município de Natal/RN. A coleta de dados por documentação foi realizada no Departamento de Segurança Alimentar de Natal, vinculado à SEMTAS, por meio do levantamento de informações presentes em arquivos físicos e digitais, contendo registros do funcionamento do Banco de Alimento desde o momento de sua implantação no município de Natal, no ano de 2006 até os dias atuais. O Programa Banco de Alimentos do município de Natal, enfrenta historicamente uma trajetória repleta de obstáculos. Embora o processo de Reestruturação iniciado no ano de 2022, tenha permitido uma expressiva evolução, representando um salto de qualidade em seu funcionamento e na ampliação de sua atuação, contribuindo para a minimização da situação de insegurança alimentar em uma proporção muito maior, ainda existe um longo caminho a percorrer para continuar na direção da potencialização de suas ações, sanando as dificuldades relatadas. Fato que só será possível com a efetiva atuação da gestão pública no fortalecimento de estratégias coerentes com a concretização da Política de Segurança Alimentar no âmbito municipal.

**Palavras-chave:** Segurança alimentar e nutricional; Programas de assistência alimentar; Vulnerabilidade social.

### **Abstract**

The present work aimed to carry out a critical analysis of the advances and challenges experienced in the restructuring process of the Food Bank in the city of Natal/RN. It was characterized as an exploratory, qualitative and quantitative case study regarding the challenges of structuring the Food Bank Program in the city of Natal/RN. Data collection by documentation was carried out at the Department of Food Security of Natal, linked to SEMTAS, through the collection of information present in physical and digital files, containing records of the operation of the Food Bank since the moment of its implementation. in the city of Natal, from 2006 to the present day. The Food Bank Program in the municipality of Natal has historically faced a path full of obstacles. Although the Restructuring process started in 2022, has allowed a significant evolution, representing a leap in quality in its operation and in the expansion of its performance, contributing to the minimization of the situation of food insecurity in a much greater proportion, there is still a long way to go to continue in the direction of potentiating their actions, solving the difficulties reported. A fact that will only be possible with the effective performance of public management in strengthening strategies consistent with the implementation of the Food Security Policy at the municipal level.

**Keywords:** Food and nutrition security; Food assistance programs; Social vulnerability.

## Resumen

El presente trabajo tuvo como objetivo realizar un análisis crítico de los avances y desafíos experimentados en el proceso de reestructuración del Banco de Alimentos en la ciudad de Natal/RN. Se caracterizó como un estudio de caso exploratorio, cualitativo y cuantitativo sobre los desafíos de la estructuración del Programa Banco de Alimentos en la ciudad de Natal/RN. La recolección de datos por documentación fue realizada en el Departamento de Seguridad Alimentaria de Natal, vinculado a SEMTAS, a través de la recolección de informaciones presentes en archivos físicos y digitales, que contienen registros del funcionamiento del Banco de Alimentos desde el momento de su implantación en la ciudad de Natal, desde 2006 hasta la actualidad. El Programa Banco de Alimentos en el municipio de Natal históricamente ha enfrentado un camino lleno de obstáculos. Si bien el proceso de Reestructuración iniciado en 2022 ha permitido una importante evolución, representando un salto de calidad en su funcionamiento y en la ampliación de su desempeño, contribuyendo a la minimización de la situación de inseguridad alimentaria en mucha mayor proporción, aún existe un Queda un largo camino por recorrer para continuar en la dirección de potencializar sus acciones, resolviendo las dificultades reportadas. Hecho que solo será posible con el desempeño efectivo de la gestión pública en el fortalecimiento de estrategias congruentes con la implementación de la Política de Seguridad Alimentaria a nivel municipal.

**Palabras clave:** Seguridad alimentaria y nutricional; Programas de asistencia alimentaria; Vulnerabilidad social.

## 1. Introdução

A fome fundamenta-se em conceitos de incidência específicos, amparados em suas formas aguda e crônica. A primeira equivale à urgência em se alimentar, a um apetite intenso. Já a fome crônica, permanente, ocorre quando a alimentação diária, habitual, não garante ao indivíduo energia suficiente para o funcionamento do seu organismo e para o desenvolvimento de suas atividades rotineiras. A fome crônica e permanente é capaz de ocasionar um sofrimento corporal agudo e lancinante, gerando letargia e debilitando, gradativamente, as capacidades mentais e motoras. É consequência da marginalização social, perda da autonomia econômica e desemprego crônico pela inabilidade de executar uma função regular. De maneira inevitável, é fatal (Nascimento, 2009).

Tal temática é revestida de grande complexidade, subsidiando maior reflexão quando se aponta que o ato humano de se alimentar pertence a uma interface dinâmica entre o alimento (natureza) e o corpo (natureza humana), realizando-se integralmente somente no momento em que os alimentos são transformados em gente, cidadãos saudáveis. O Brasil apresenta um claro antagonismo em relação à problemática da fome, pois apesar de ser um dos maiores produtores de alimentos em escala mundial, convive com uma intensa desigualdade social, que impede que milhões de indivíduos tenham plenamente assegurado o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (Rangel, 2016).

Nesse contexto, tentando amenizar os efeitos da referida problemática, a rede de equipamentos públicos de apoio à produção, abastecimento e consumo de alimentos se inserem em uma ação estratégica da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), contribuindo para a minimização dos índices de insegurança alimentar populacional, além de promover o acesso à alimentação adequada e saudável. Trata-se, portanto, da operacionalização do DHAA. Tal direito encontra-se expressamente contido no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no rol dos direitos sociais, configurando a exigibilidade de uma série de programas e equipamentos que assegurem a sua concretização (Albuquerque, 2009).

O Programa Banco de Alimentos (PBA) se materializa como um equipamento multifuncional, que influencia diretamente na garantia do DHAA, destinando-se ao combate do desperdício, por meio de arrecadação de gêneros alimentícios normalmente perdidos ao longo da cadeia produtiva. Além disso, proporciona o apoio ao abastecimento alimentar local por meio da integração com outros programas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Caracteriza-se, portanto, como um instrumento que propicia a valorização da participação social, ao promover o comprometimento com o combate a cultura do desperdício e a construção de uma solidariedade alimentar a favor dos indivíduos em situação de vulnerabilidade social (Belik et al., 2012).

Diante do agravamento que a situação a fome representa, da estruturação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, intensificada no ano de 2006, com a aprovação da Lei nº 11.346 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN), o presente trabalho busca analisar o papel desempenhado pelo Banco de Alimentos, do município de Natal/RN, no combate ao desperdício e na efetivação do acesso à alimentação como garantia imprescindível ao desenvolvimento humano (Roseno et al., 2021).

Um aspecto relevante para o agravamento da disponibilidade de alimentos no mundo é ocasionado pelo excessivo padrão de perdas, em especial nas etapas da distribuição dos gêneros alimentícios, a qual contribui para a subtração de um percentual significativo dos alimentos produzidos. “Estudos técnicos indicam que é expressivo o desperdício em todas as fases da produção até o consumo, podendo atingir a cifra de 25% da produção global de alimentos até 2050” (Belik et al., 2012).

Notoriamente, é na etapa de distribuição de alimentos que ocorrem as maiores perdas, anulando parcialmente, os esforços baseados na evolução da produtividade agrícola. Ainda que o índice de perdas alimentares seja substancial, em uma escala global, o dimensionamento deste fenômeno é pouco difundido e bastante falho, materializando-se em indicadores pontuais e assistemáticos dos parâmetros nacionais (Rangel, 2016).

O enfraquecimento das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) trouxe repercussões agudas para as condições de vida da população. Os Bancos de Alimentos têm potencial na garantia do DHAA, na medida em que sua ação apresenta grande capilaridade, isto é, permite o acesso aos territórios mais vulneráveis, uma dificuldade ainda mais pronunciada no contexto da COVID-19. Entretanto são inúmeros os desafios, como os relacionados ao desmonte das políticas de SAN no Brasil e a publicação da lei no 14.016 de 2020 (Brasil, 2020).

O Brasil vivencia um retrocesso em relação às políticas de SAN, envolvendo a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), a inoperância da Câmara Interministerial de SAN (CAISAN), a redução orçamentária de programas, a extinção de propostas institucionais destinadas a operacionalizar o SISAN, além da descontinuidade de equipamentos capazes de garantir o acesso aos trabalhadores informais e a população de rua (Barreto et al., 2020).

Além desses aspectos, outro entrave enfrentado pelo BA relaciona-se à recente lei nº 14.016, publicada em 2020, durante a pandemia de COVID-19, que objetiva combater ao desperdício de alimentos e a regulamentar a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. A intenção da lei supracitada foi legalizar a doação de alimentos, contudo, não foram especificados em seu texto os critérios em que tal doação seria realizada, pois não há responsabilização do doador ou a definição do que, para quem, sob que condições sanitárias ou de que forma o público receberá doação, abrindo lacunas para tornar legal a doação de alimentos ultraprocessados e com qualidade duvidosa, em termos nutricionais e higiênicos sanitários, ferindo todos os preceitos de atuação determinados pelo Banco de Alimentos (Brasil, 2020).

Considerando esse contexto e refletindo sobre o impacto gerado pela desigualdade social, como fator propulsor da fome mundial, justifica-se a realização de uma abordagem sobre a atuação dos Bancos de Alimentos como instrumentos aptos ao combate ao desperdício de gêneros alimentícios e, conseqüentemente, como promotores da Segurança Alimentar e Nutricional (Costa et al., 2014).

Sob essa perspectiva, o presente trabalho teve como objetivo realizar uma análise crítica dos avanços e desafios experimentados no processo de reestruturação do Banco de Alimentos do município de Natal/RN, bem como, destacar as conquistas e os obstáculos enfrentados, com a proposição de alternativas para solucionar ou amenizar os problemas identificados e executar um levantamento teórico sobre outras experiências de implantação do Banco de Alimentos, estabelecendo um comparativo com a realidade experimentada em Natal.

## 2. Metodologia

O presente trabalho caracterizou-se como um Estudo de Caso, Exploratório, qualitativo e quantitativo referente aos desafios da estruturação do Programa Banco de Alimentos do município de Natal/RN, construído com base na metodologia definida por Pereira et al (2018). Por meio de sua realização, pretendeu-se fornecer um relato técnico, analisando criticamente o funcionamento do Programa, com a finalidade de propor alternativas para a potencialização de sua atuação como ferramenta promotora da Segurança Alimentar e Nutricional.

As evidências para a realização do estudo supracitado foram coletadas em várias fontes: documentação, registros em arquivos físicos e digitais e observação participante. A escolha dessas fontes foi conveniente, uma vez que, a pesquisadora responsável por seu desenvolvimento é parte integrante da equipe técnica atuante no Banco de Alimentos do município de Natal/RN, tendo acesso total ao funcionamento e as informações geradas pelo Programa no contexto atual.

A coleta de dados por documentação foi realizada no Departamento de Segurança Alimentar (DSA) de Natal, vinculado à SEMTAS, por meio do levantamento de informações presentes em arquivos físicos e digitais, contendo registros do funcionamento do Banco de Alimento desde o momento de sua implantação no município de Natal, no ano de 2006 até os dias atuais.

Informações como: número de fornecedores cadastrados no Banco de Alimentos, entidades socioassistências atendidas, número de atendimentos realizados e demais registros organizacionais, foram citados na pesquisa como resultado da compilação dos dados encontrados no DSA desde a implantação do Programa. Tais dados foram coletados por meio da consulta a arquivos em computador, fichas, relatórios impressos e digitais presentes na referida instituição e subsidiaram a detalhada descrição dos resultados, bem como, a construção dos gráficos expressos no presente trabalho.

Além disso, ressalta-se a importância da observação participante, pois a pesquisadora responsável pelo desenvolvimento do presente estudo, não é uma observadora passiva, como já foi citado anteriormente, podendo de fato atuar nos eventos que estão sendo estudados para gerar resultados transformadores.

Bem como, para a obtenção de um embasamento teórico mais sólido foi realizada uma pesquisa bibliográfica detalhada nas bases de dados digitais, entre os meses de dezembro de 2021 e fevereiro de 2022, utilizando como palavras chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Programas de Assistência Alimentar e Vulnerabilidade Social.

## 3. Referencial Teórico

### **Banco de Alimentos: definição, origem e evolução histórica**

Os Bancos de Alimentos (BA) podem ser definidos basicamente como equipamentos públicos de abastecimento, sendo instrumentos da Segurança Alimentar que se destinam essencialmente ao combate à fome e ao desperdício de alimentos (Rangel, 2016). Atuam no armazenamento, processamento e distribuição dos alimentos doados, que se encontram em condições de consumo e, após uma prévia triagem e seleção, são encaminhados gratuitamente para entidades socioassistenciais (Gasparoni, 2017).

Os BA viabilizam a utilização de gêneros alimentícios que seriam desperdiçados, promovendo o aproveitamento integral, reintroduzindo-os ao consumo. Desconsideram sua concepção mercadológica, mas valorizam os aspectos de complementação nutricional com atendimento aos critérios sanitários. Adicionalmente, promovem o fortalecimento das redes de solidariedade no âmbito individual, familiar e junto às entidades beneficentes. Por meio de sua atuação, os BA possibilitam o atendimento da demanda por alimentos proveniente de grupos sociais destituídos de renda ou que possuem recursos insuficientes para ter acesso aos alimentos regularmente (Burlandy, 2010).

Desta forma, os BA qualificam o processo de doação de alimentos, promovendo a melhoria da qualidade das refeições, por meio da diversificação de itens, da garantia do controle higienicossanitário e do prazo de validade; o apoio às

entidades sociais receptoras; a agregação de valor aos produtos com ações de processamento; além de dignificar o processo de doação, quando instrumentalizam a realização do DHAA. Para tanto, a construção de estratégias de doação é essencial manter a qualidade dos alimentos doados, como forma de proteção das instituições e famílias que os receberão (Burlandy, 2010).

Ressalta-se que os alimentos doados ao Banco de Alimentos podem chegar por meio de doações espontâneas, via programas governamentais ou doados por instituições privadas, desde que sua gestão esteja a cargo de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos (Nascimento, 2020).

A situação de extrema pobreza vivenciada por um grande contingente populacional dos Estados Unidos, na década de 60, motivou as instituições assistenciais atuantes no período, a buscarem alternativas para ampliar sua capacidade de atendimento. E ao observar a condição de extrema vulnerabilidade de uma mãe faminta, procurando alimentos para sustentar seus nove filhos, recolhendo produtos que caíam no chão, durante as descargas realizadas de madrugada em supermercados, John Van Hengel, empresário aposentado, idealizou a criação de Bancos de Alimentos (Almeida, 2003).

O primeiro Banco de Alimentos do mundo, o “St. Mary’s Food Bank” surgiu em Phoenix, Arizona – Estados Unidos, foi fundado em 1967 por John Van Hengel. O referido nome foi dado em homenagem à Paróquia de St. Mary, que cedeu um de seus prédios para que Hengel iniciasse o seu trabalho. O único objetivo do Banco de Alimentos era lutar contra a fome, recuperando alimentos próprios para o consumo, mas que não pudessem ser comercializados (Almeida, 2003; Belik, 2004).

Atualmente, o St. Mary’s Food Bank é um dos maiores Bancos de Alimentos dos Estados Unidos e sua atuação impactou significativamente o Arizona e o mundo. Sua experiência foi tão exitosa, que ultrapassou fronteiras, recebendo apoio de alguns governos que instituíram leis de incentivo a doadores, como a Lei do Bom Samaritano em 1996 (Belik, 2004). No Canadá existe a Associação Canadense de Bancos de Alimentos, que conta com mais de 615 bancos atuantes. Além disso, vários países europeus (França, Bélgica, Itália, Irlanda, Portugal, Grã-Bretanha, Grécia, Polônia e Espanha) já adotaram esse modelo. Em escala mundial, essa iniciativa tem sido impulsionada no México, Uruguai, Argentina, Colômbia (Ceara Campinas, 2018).

O St. Mary’s Food Bank é uma organização comunitária que realiza maciços investimentos em marketing. Doadores individuais, doadores corporativos e subsídios privados auxiliam substancialmente no combate à fome de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. De acordo com os registros oficiais, 90% do público assistido tem renda familiar anual de US\$ 30.000 ou menos. Para ter acesso a alimentos em quantidade suficiente, 77% adquirem os gêneros mais baratos disponíveis, sem considerar o valor nutricional e 70% consomem alimentos fora do prazo de validade. No Arizona, 435.000 crianças enfrentam a fome diariamente, representando um total alarmante, equivalente ao estádio de futebol Arizona Cardinals lotado 7,5 vezes, de crianças em situação de insegurança alimentar (St. Mary’s Food Bank, 2021).

A iniciativa pioneira, ocorrida em 1967, que motivou a criação do primeiro Banco de Alimentos do mundo, pautando-o nos princípios de eficiência e equidade, não é resultado da privação da oferta de gêneros alimentícios, mas reflexo de uma sociedade em que imperam a abundância e a desigualdade. No período em que surgiu, um grupo de voluntários começou a requerer doações de alimentos que seriam descartados pelos supermercados e pela indústria. O objetivo original dessa experiência era preparar refeições para os necessitados. No entanto, o volume de doações superou a capacidade de preparo da cozinha comunitária, e em virtude disso, os alimentos passaram a ser estocados e distribuídos a entidades filantrópicas. Paralelamente, no Brasil as primeiras experiências registradas sobre o movimento social dos Bancos de Alimentos foram iniciativas não governamentais na década de 1990 e, a partir de 2003, foram coligadas como objeto de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). (Belik, et al., 2012; Novaes, 2008).

Alguns Bancos de Alimentos funcionam como grandes órgãos coordenadores, responsáveis pelo recolhimento e fornecimento de alimentos para programas de alimentação emergencial e cozinhas comunitárias, como é o caso do Daily Bread Food Bank em Toronto, do Greater Vancouver Food Bank e do Sistema de Missions em Quebec (Riches, 2002). A dimensão

da atuação dessas instituições é bastante substancial, sendo uma poderosa ferramenta no combate à fome e inclusão social. O Daily Bread Food Bank, por exemplo, atende semanalmente até 5.000 indivíduos em agências membros em Toronto, tendo por missão fornecer alimentos e assistência às pessoas, reduzindo a pobreza por meio da pesquisa, educação e promoção da mudança social (Daily Bread Food Bank, 2021). O Greater Vancouver Food Bank além de promover acesso à alimentação saudável soma a sua missão a criação de ambientes de capacitação, educação, treinamento, pois reconhece que apenas o acesso ao alimento em caráter emergencial, não representa uma solução em longo prazo (Greater Vancouver Food Bank, 2021).

### **O Programa Banco de Alimentos no Brasil**

No Brasil, o número de indivíduos em situação de insegurança alimentar é alarmante. Cerca de 44 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza. E ironicamente, são descartados diariamente 39 milhões de quilos de alimentos, o que seria suficiente para alimentar 19 milhões de pessoas (Ceasa Campinas, 2021). Mudar essa realidade é extremamente desafiador, mas é urgente que sejam tomadas iniciativas no sentido de minimizar este grave problema social (Nascimento, 2020).

A primeira experiência de implantação do Banco de Alimentos no Brasil foi realizada em 1994, pelo Serviço Social de Comércio, por meio do Programa Mesa/São Paulo, responsável pela captação de excedentes de produção e comercialização de alimentos. Tal iniciativa integrava empresas, instituições sociais e voluntários que se uniram no combate ao desperdício de alimentos e à fome (Novaes, 2008; Brasil, 2020).

O ano de 1997 é marcado por outras iniciativas de implantação de Bancos de Alimentos de origem não governamental. No referido ano, o SESC inicia o Programa de colheita urbana e, em 2000, inaugura seu primeiro Banco de Alimentos (BA) no Rio de Janeiro. Em seguida, implantou unidades do BA em Fortaleza (2001) e Recife (2003). Em 2003, esses projetos ganham dimensão nacional, impulsionados pelo Mesa Brasil SESC, alcançando todos os estados brasileiros (Belik, et al., 2012).

No caso dos BA de gestão governamental, em 2000, a Prefeitura Municipal de Santo André implantou a primeira iniciativa da América Latina: O Banco Municipal de Santo André, que se caracteriza como importante marco referencial. A partir de 2003, os BA, inseridos na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, começaram a contar com o apoio do governo federal no âmbito do Programa Fome Zero, recebendo recursos para sua implantação e suporte para a constituição de um aparato legal (Novaes, 2008; Rangel, 2016).

Neste contexto, o Processo nº 011/2009, dispõe o termo de referência: pesquisa para avaliação do Programa Banco de Alimentos, o qual enfatiza que o referido Programa materializa uma iniciativa de abastecimento e segurança alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em colaboração com municípios com número superior a 100.000 habitantes (Brasil, 2009). Seu objetivo é arrecadar doações de alimentos, por meio da articulação com o setor alimentício (indústrias, supermercados, varejões, feiras, centrais de abastecimento e outros). “O que distingue essas iniciativas dos projetos filantrópicos é o combate ao desperdício via estrutura logística baseada na agilidade, calcada em uma rede de cooperação societária que articula diversos segmentos da sociedade”, visando à doação de bens e serviços dirigidos à distribuição dos alimentos para organizações ou famílias em situação de vulnerabilidade (Belik, et al., 2012).

Outro aspecto relevante sobre a realidade brasileira é a coexistência de duas modalidades organizacionais de BA, uma dotada de natureza pública não governamental e outra com apoio e gerenciamento estatal, articulado a outras políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). O MDS passa a apoiar, por meio de editais para financiamento de infraestrutura, a implantação de BA geridos por prefeituras municipais, tal como projetos sediados em centrais de abastecimento de gestão pública. Amplia-se, o programa Mesa Brasil, com gestão realizada pela organização paraestatal, sem a presença de apoio governamental. De modo semelhante, são implantados inúmeros projetos com abrangência local, e de gestão não

governamental, cuja estrutura se inspira no modelo norte-americano e, também, sem apoio de programas públicos (Belik, et al., 2012).

Segundo a pesquisa direta realizada, no ano de 2006, existiam de 118 Bancos de alimentos em funcionamento no território nacional. No ano de 2011, verificou-se a estimativa de 200 unidades em implantação ou em pleno funcionamento, considerando-se, para tanto, 67 BA apoiados pelo MDS e 78 vinculados ao SESC (Burlandy, et al, 2010). Em 2012 foi verificada uma tendência consistente na instalação de unidades de BA e de programas de colheita urbana em centrais de abastecimento atacadistas públicas, destaca-se que algumas das maiores centrais nacionais possuem unidades bastante estruturadas em seus principais entrepostos (Belik, et al., 2012).

Em 2016 foi publicada a portaria nº 17, que instituiu a Rede Brasileira de Banco de Alimentos (RBBA), dedicada ao fortalecimento e integração dos BA, e dirigida por um comitê integrado pelo governo, redes públicas e privadas, compartilhando conhecimentos e tecnologias sociais na gestão, integração e organização das ações, que anteriormente ocorria de maneira isolada. O Governo Federal em setembro de 2020 publicou o Decreto nº 10.490, instituindo novamente a RBBA e o Comitê, ambos contemplados na portaria de 2016, com o intuito fornecer uma nova dimensão e fortalecer a integração dos BA (Brasil, 2020).

Atualmente, já existem dezenas de bancos implantados ou em processo de instalação em todo o território brasileiro.

### **Implantação do Banco de Alimentos no município de Natal/RN**

O Programa Banco de Alimentos de Natal caracteriza-se como uma proposta integrada e inter setorial da Prefeitura municipal em parceria com a Sociedade Civil. É estruturado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS, por meio do Departamento de Segurança Alimentar – DSA.

Objetiva contribuir com a prevenção e a minimização da situação de insegurança alimentar dos indivíduos inseridos no contexto de vulnerabilidade social, configurando-se como uma das ferramentas para a garantia do DHAA, possibilitando o acesso a alimentos de qualidade regularmente e a redução do desperdício.

O Banco de Alimentos foi uma estratégia sugerida pelo Programa Fome Zero, sua implantação no município de Natal ocorreu no ano de 2006. A partir desse período, buscou-se promover o desenvolvimento de uma política de envolvimento de unidades de armazenagem e processamento de alimentos, para a arrecadação de doações dos gêneros alimentícios que, depois de analisados, selecionados, classificados e embalados, são distribuídos gratuitamente para Entidades Socioassistencias, previamente cadastradas no Banco de Alimentos, respeitando as necessidades identificadas após a avaliação da equipe técnica.

Desse modo, seguindo o fluxograma de atuação resumido anteriormente é possível beneficiar os indivíduos ou famílias atendidas pelos Programas de Rede de Proteção Social Básica e Especial. Ressalta-se que todas as ações desenvolvidas pelo Banco de Alimentos têm como base as diretrizes da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e a consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Nesse contexto, o Programa Banco de Alimentos do município de Natal pauta a sua atuação com o intuito de atender os seguintes objetivos:

- Reduzir o desperdício de alimentos na cadeia produtiva municipal;
- Distribuir alimentos próprios ao consumo humano às Entidades Socioassistencias, complementando refeições dos indivíduos em situação de insegurança alimentar;
- Promover atividades de educação alimentar e nutricional para indivíduos e entidades beneficiadas;
- Difundir a experiência do Banco de Alimentos como forma de incentivar iniciativas similares.

Os recursos financeiros necessários para a implantação do Banco de Alimentos de Natal foram distribuídos seguindo um cronograma físico-financeiro iniciado em agosto de 2006 e finalizado em maio de 2007, que compreendia as etapas e valores dispostos a seguir:

- Equipamentos e materiais permanentes – R\$ 85.782,90 (Ago/ 2006 – Mar/ 2007);
- Materiais de consumo – R\$ 11.325,00 (Ago/ 2007 – Abr/ 2007);
- Capacitação – contratação de pessoa jurídica para a elaboração de material educativo – R\$ 10.800,00 (Out/ 2006 – Dez/ 2006);
- Contratação de mão-de-obra – R\$ 6.719,94 (Abr/ 2007 – Mai/ 2007).

A metodologia de implantação do Programa no município de Natal foi inspirada em experiências exitosas desenvolvidas em outras localidades e foi estruturada em dois momentos: 1) A consolidação da parceria entre os doadores e a Prefeitura por meio da coordenação do Banco de Alimentos e 2) O processo de avaliação e seleção das entidades participantes na categoria de beneficiárias. Todo esse processo obedeceu uma série de princípios norteadores, tais como:

- Planejar e orientar a política de arrecadação de alimentos doados e a definição dos critérios de distribuição para as Entidades previamente cadastradas;
- Desenvolver instrumentos para seleção, acompanhamento e avaliação das entidades beneficiárias;
- Definir critérios e condições para a constituição do corpo técnico do Banco;
- Desenvolver políticas de captação de recursos, difusão de informação e marketing;
- Identificar colaboradores potenciais, qualificá-los e desenvolver estratégias de envolvimento a partir de convites à discussão;
- Construir um Conselho de Gestão paritário para o Banco de Alimentos de Natal;

Considerando as etapas para operacionalização do Banco de Alimentos, foram definidas as seguintes ações de execução:

- **Coleta dos alimentos doados:** Elaboração de um cronograma de coleta nas instituições doadoras com a utilização de um veículo da prefeitura;
- **Recepção dos alimentos no Banco:** Etapa que permite o recebimento e a seleção das doações;
- **Seleção:** Separação dos alimentos próprios daqueles impróprios para o consumo, destinados ao descarte;
- **Descarte:** Destinação final dos alimentos reprovados na etapa de seleção;
- **Porcionamento:** Distribuição quantitativa dos alimentos selecionados de modo proporcional ao número de pessoas atendidas e ao perfil de cada instituição beneficiada;
- **Distribuição:** Ocorre no próprio Banco de Alimentos, com a definição de um cronograma de entrega, onde cada instituição deve obedecer a um horário para a retirada dos alimentos, o qual não pode coincidir com a recepção das doações.

Além disso, foram previstas no Projeto de implantação do Banco de Alimentos de Natal, a realização de visitas técnicas mensais nas instituições beneficiadas, objetivando acompanhar o destino dos alimentos doados e avaliar se as condições de recebimento e manutenção dos mesmos estão de acordo com os critérios preconizados pela RDC 216/ 2006, garantindo o pleno funcionamento do Programa, respeitando os preceitos da Segurança Alimentar. E, bimestralmente, a promoção de ações de Educação Alimentar e Nutricional relacionadas com Segurança Alimentar e Nutricional, redução e combate ao desperdício e promoção da saúde nas referidas instituições.

#### 4. Resultados e Discussão

O Programa Banco de Alimentos do município de Natal iniciou suas atividades no ano de 2007, quando a partir do investimento oriundo do Governo Federal, foram realizadas melhorias estruturais, aquisição de equipamentos e materiais permanentes para o Departamento de Segurança Alimentar – DSA, habilitando-o para o funcionamento do Programa. Além disso, houveram recursos destinados a aquisição de materiais de consumo, capacitação e elaboração de material educativo, sendo a única contrapartida do município a contratação da mão-de-obra. No início de seu funcionamento, o Banco de Alimentos de Natal realizou contato com uma série empresas doadoras, sendo capaz de beneficiar várias instituições socioassistenciais, destacando-se como uma ferramenta importantíssima para a minimização da situação de insegurança alimentar da população vulnerável no âmbito municipal.

Contudo, com o passar do tempo, o Banco de Alimentos foi enfrentando vários obstáculos de logística que inviabilizavam seu fluxo operacional para a captação e distribuição das doações de modo eficaz. Além disso, após o período de implantação, não houve investimentos substanciais da esfera municipal para sustentar a continuidade de sua atuação de maneira adequada. Conseqüentemente, o Programa foi perdendo crédito entre os doadores, que de modo gradual, romperam com o pacto de colaboração previamente estabelecido.

A partir disso, a estrutura adquirida para o Banco de Alimentos foi absorvida pelas outras ações e Programas desenvolvidos pelo DSA e, o Banco passou a atuar de maneira bastante discreta, contando com uma equipe técnica reduzida e um único doador sistemático (isto é, que realiza doações regularmente para o Programa, possuindo uma agenda de coleta preestabelecida), a Feira da Agricultura Familiar.

Apesar de todas as dificuldades e períodos de paralização em seu funcionamento, a partir do ano de 2016, com a realização do concurso público e a nomeação de servidores efetivos para compor a equipe técnica do DSA, tal realidade começou a ser modificada. Os referidos profissionais visualizaram o potencial do Banco de Alimentos como ferramenta de combate à Insegurança Alimentar no município de Natal e, começaram a agir ativamente para impulsionar sua atuação.

Entretanto, nesse contexto, a estrutura do Banco de Alimentos estava muito deficitária, o que se refletia na captação de um volume de doações bastante reduzido e no fato de que toda a logística de transporte era realizada em carro próprio, para evitar a estagnação do Programa. Além disso, como no período da implantação do Banco, um expressivo número de instituições socioassistenciais haviam sido cadastradas como beneficiárias, os alimentos doados pelo Programa não conseguiam ser distribuídos para as mesmas na frequência adequada para caracterizar um suporte continuado, havendo um intervalo muito grande entre as doações, o que prejudicava a visibilidade da atuação do Banco de Alimentos até mesmo entre as instituições beneficiárias. A situação permaneceu nesses moldes por longos períodos.

Em 2020, o funcionamento do Banco de Alimentos começou a ser reestruturado, foram escritas pela equipe técnica as Diretrizes do Programa e seu fluxo operacional foi organizado, pois se verificou que com o volume alimentos captados na Feira da Agricultura Familiar, só era possível atender com regularidade 7 instituições socioassistenciais (que juntas, ofertam serviços para 1.236 indivíduos em situação de vulnerabilidade), as quais foram cadastradas obedecendo os seguintes critérios expressos pelas diretrizes:

- Razão Social ou Registro CNPJ;
- Estatuto;
- Registro no Conselho de Assistência Social;
- Prestar atendimento gratuito;
- Não possuir vínculo político-partidário;
- Ter cozinha, despensa e refeitório adequados;

- Preparar e servir os alimentos na própria instituição;
- Participar de reuniões promovidas pelo Banco de Alimentos.

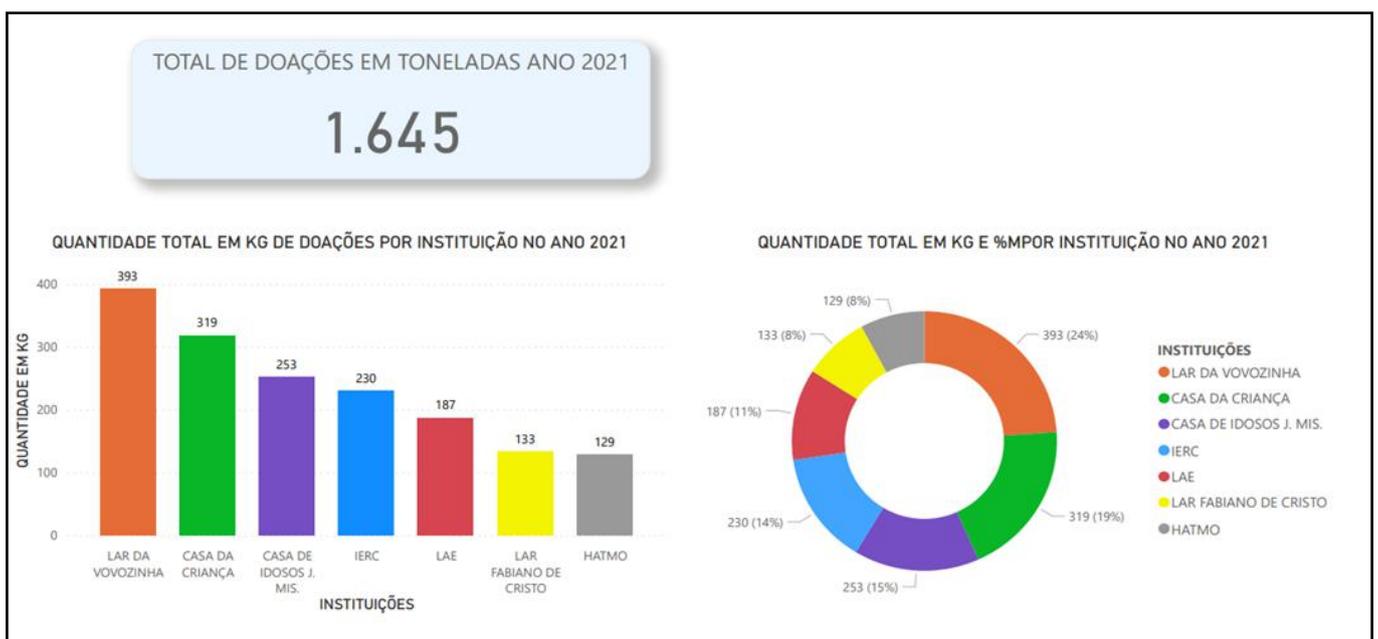
O atendimento a estes critérios é primordial para formalizar e institucionalizar a existência e a continuidade do suporte do Programa Banco de Alimentos às instituições beneficiárias com qualidade, e para tanto, é necessário o envio de toda a documentação comprobatória exigida.

Considerando esses aspectos, se faz necessária uma visita inicial da equipe técnica para a realização do cadastro e averiguação do perfil da instituição, analisando a situação de vulnerabilidade social, alimentar e nutricional do público atendido, aplicação de um checklist (com quesitos sociais e para a segurança dos alimentos) e a emissão de um parecer técnico dos profissionais da Nutrição e da Assistência Social.

Além disso, são prestados os esclarecimentos sobre as responsabilidades do Banco de Alimentos e das instituições beneficiárias, inclusive sobre as condições de armazenamento, processamento e oferta dos alimentos doados nas instituições. Essa etapa é de extrema importância, pois as instituições são capacitadas e continuamente orientadas sobre a melhor forma de beneficiamento dos gêneros alimentícios recebidos, considerando suas especificidades e o grau de perecibilidade, para possibilitar o fornecimento de refeições seguras. Por essa razão, uma das condicionalidades estabelecidas pelas diretrizes é que as refeições sejam preparadas e servidas nas instituições beneficiárias. Todos esses fatores são pactuados com a assinatura do Termo de Parceria entre os entes envolvidos.

Em 2021, foi elaborado o relatório técnico para a reestruturação do Programa Banco de Alimentos, com o objetivo de documentar qual seria a estrutura ideal para permitir o pleno funcionamento do Programa e sensibilizar a gestão municipal para melhorar as condições para sua atuação. Nesse período, foi demonstrado com dados numéricos, como o contínuo esforço da equipe técnica, resultou num volume de doações expressivo, que contribuiu significativamente para a minimização da situação de insegurança alimentar experimentada pelas instituições beneficiárias, que foi bastante agravada com os obstáculos trazidos pela pandemia do COVID-19. Tais dados estão expressos na Figura a seguir:

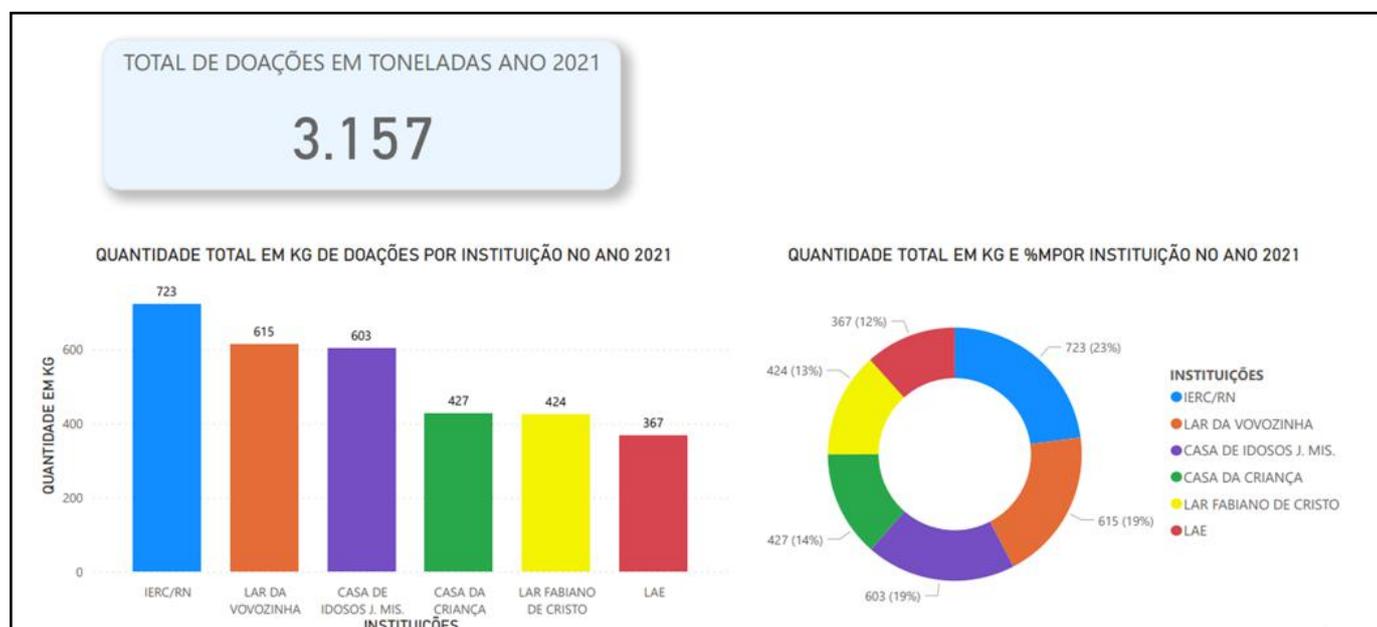
**Figura 1.** Volume de doações provenientes da Feira da Agricultura Familiar distribuídas para as sete instituições beneficiárias cadastradas no Banco de Alimentos de Natal no ano de 2021.



Fonte: Arquivo Próprio (2022).

Devido aos impactos gerados pela pandemia de COVID-19, a situação de insegurança alimentar em Natal cresceu substancialmente e, para minimizá-los foi firmada uma parceria entre a EMATER-RN e o Banco de Alimentos de Natal. A partir dessa parceria, o município de Natal foi cadastrado de maneira emergencial no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra Direta. O recurso oriundo desse processo foi utilizado para a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da Feira da Agricultura Familiar. Sendo assim, parte desses alimentos foi utilizada para compor os kits alimentícios distribuídos para as famílias dos alunos de escolas municipais, substituindo temporariamente a merenda escolar no período em que as escolas se mantiveram inativas. E, outra parte desses alimentos foi destinada ao Banco de Alimentos, que como contrapartida contribuiria com toda a logística de recebimento e distribuição dos gêneros alimentícios para as escolas e para as suas instituições beneficiárias. Nesse contexto, o volume de doações direcionadas para as instituições beneficiárias do Banco de Alimentos de Natal, tendo como fonte doadora a PAA, está expresso no Gráfico a seguir:

**Figura 2.** Volume de alimentos doados provenientes do PAA doados para as sete instituições cadastradas no Banco de Alimentos de Natal no ano 2021.



Fonte: Arquivo Próprio (2021).

Com base nos dados numéricos apresentados, a equipe técnica demonstrou para a gestão municipal, que apesar de todos os obstáculos enfrentados e da falta de estrutura, o Programa Banco de Alimentos alcançou a marca de quase 5 toneladas de alimentos doados (mais exatamente 4.802t), demonstrando a importância de investir no processo de reestruturação desse Programa para impulsionar a sua atuação, tanto em relação a capacidade de captação de alimentos com a atração de novos doadores, como na ampliação do número de instituições beneficiárias atendidas.

A partir disso, a gestão da SEMTAS começou a se mobilizar para garantir uma estrutura mínima para o funcionamento do Banco de Alimentos, que embora fosse longe da ideal, representou um importante avanço. Entre os recursos garantidos para a reestruturação do Programa, foram conseguidos reparos estruturais básicos para a Central de Abastecimento do DSA e uma pequena reforma de um prédio anexo ao referido Departamento, que estava em desuso, mas que após a reforma, passou a ser utilizado exclusivamente para as atividades inerentes ao Banco de Alimentos. Além disso, foi assegurado que um veículo adequado para o transporte de alimentos (caminhão baú isotérmico) seria de uso exclusivo do Programa, recebendo inclusive a logomarca do Banco de Alimentos para sua identificação.

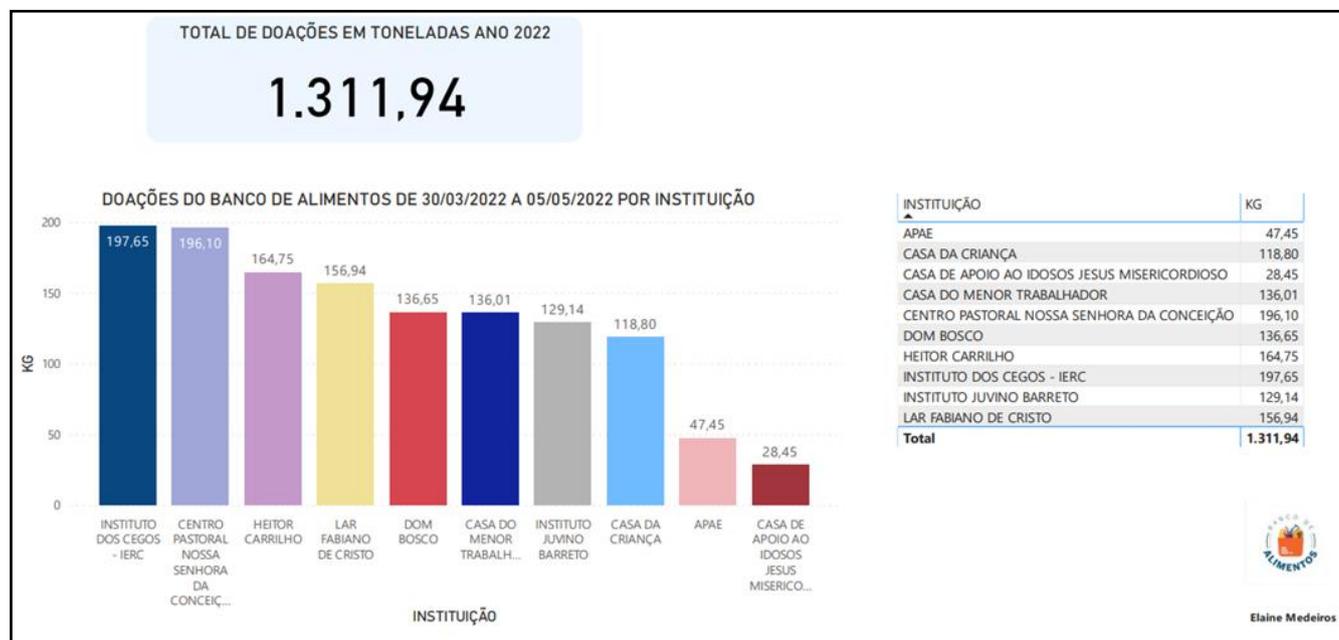
Em 2022, a equipe técnica atualmente composta por três profissionais de referência, sendo um Assistente Social, dois Nutricionistas, juntamente com a direção do DSA, partiram a campo para apresentar a proposta de reestruturação do Programa Banco de Alimentos em diversos estabelecimentos comerciais do ramo alimentício na tentativa de ampliar o rol de doadores. Além disso, buscou de instituições de ensino e de outras secretarias municipais para ampliar a rede de apoiadores.

Paralelamente, a equipe técnica visitou instituições socioassistenciais que se enquadravam nos critérios estabelecidos pelas diretrizes do Programa, para possibilitar a ampliação do número de instituições beneficiárias, conforme fosse aumentando o volume de alimentos arrecadados. Outra conquista importante foi a regulamentação da atuação do Programa Banco de Alimentos de Natal, por meio da publicação do Decreto Municipal nº 12.471, em 23 de março de 2022. Todo esse processo culminou com o evento de lançamento da Reestruturação do Programa, ocorrido no dia 29 de março de 2022.

Após a realização do referido evento, foram firmadas novas parcerias com empresas doadoras. Hoje, além da Feira da Agricultura Familiar, o Banco de Alimentos de Natal conta com as doações sistemáticas do Favorito Supermercados e VerdFrut; e com as doações eventuais do Rede Mais (Veneza). Com o expressivo aumento do volume de alimentos arrecadados, foi possível aumentar o número de instituições beneficiárias de 7 para 18, que são atendidas regularmente, o que representa o suporte para 4.676 indivíduos em condição de vulnerabilidade.

Os dados numéricos que comprovam a evolução da atuação do Banco de Alimentos, aproximadamente um mês após o processo de reestruturação estão expressos no Gráfico seguir:

**Figura 3.** Volume de alimentos doados pelo Banco de Alimentos de Natal para as instituições beneficiárias após o processo de Reestruturação (período de 30/03/2022 a 05/05/2022).



Fonte: Arquivo Próprio (2022).

Como é possível observar no gráfico, com o investimento mínimo em sua estruturação, o Banco de Alimentos de Natal foi capaz de doar mais de 1 tonelada de alimentos em aproximadamente um mês. Tal quantitativo foi bem próximo do arrecadado no ano anterior, quando o Programa só dispunha das doações sistemáticas da Feira da Agricultura Familiar (responsável pela doação de 1.645 toneladas em 2021). Esses resultados demonstram a importância desse Programa para a minimização da situação de insegurança alimentar no município.

Embora a evolução alcançada tenha sido bastante animadora, o Programa Banco de Alimentos precisa continuar avançando, uma vez que as condições para o seu funcionamento estão muito distantes das ideais. Mesmo após um processo de reestruturação tão recente, vários problemas persistem, dentre eles os mais críticos são:

- **Dificuldades de logística para captação e distribuição das doações:** embora tenha sido assegurado pela gestão municipal, o uso exclusivo do caminhão para o Programa Banco de Alimentos, essa realidade nunca foi experimentada, e o veículo disponível para esse fim, fica a serviço de todo DSA, o que inviabiliza a atuação do Banco de maneira satisfatória frente às empresas doadoras, especialmente, no recebimento de doações eventuais, onde a entrega deve ser imediata e não pode ser organizada por agendamento. Além disso, há dificuldade no escoamento das doações para as instituições beneficiárias.

- **Equipe Técnica e operacional reduzidas:** Atualmente a equipe técnica do Programa Banco de Alimentos é composta por 2 Nutricionistas e 1 Assistente Social. E a equipe operacional é composta por 1 motorista e 8 profissionais de apoio operacional para as operações de captação, seleção e distribuições das doações. Ressalta-se que nenhum desses profissionais atua de modo exclusivo no Banco de Alimentos, tendo que dar suporte a todas as ações e Programas desenvolvidos pelo DSA, gerando grande sobrecarga.

- **Ausência de um técnico administrativo:** Todas as atividades desenvolvidas pelo Banco de Alimentos são criteriosamente registradas, tudo o que é arrecadado e destinado às instituições beneficiárias, assim como os alimentos considerados impróprios para o consumo após a seleção para ser descartado, é pesado e descrito em recibos. Esse processo é muito importante para garantir a transparência do trabalho realizado e esses recibos são entregues como prestação de contas as instituições doadoras e beneficiárias rotineiramente. Além disso, todos os dados coletados subsidiam os relatórios mensais e anuais construídos com base na atuação do Banco. Na ausência de um técnico administrativo para auxiliar nesse registro, essa é uma das funções que a equipe técnica acaba acumulando, ocasionando uma carga de trabalho ainda maior para esses profissionais.

- **Falta de Fardamento e Equipamentos de Proteção Individual (EPI):** No processo de reestruturação do Banco de Alimentos só houve um investimento mínimo na estrutura física, mas não se planejou a aquisição do fardamento e EPI para a equipe, que desenvolve suas atividades sem fardamento e calçados adequados, toucas, máscaras ou luvas, estando completamente expostas aos riscos.

- **Problemas na estrutura física-funcional:** Embora tenha sido realizada uma pequena reforma no prédio que operacionaliza o funcionamento do Banco de Alimentos, a estrutura utilizada está longe do ideal. A ausência de áreas de recepção e lavagem dos gêneros alimentícios, bancadas de apoio para a seleção das mercadorias e área de descarte de resíduos, dificultam bastante o fluxo operacional do trabalho e trazem prejuízos ergonômicos para os profissionais que atuam no Programa. Além disso, a falta de recursos básicos como internet e impressora na sala da equipe técnica representam um obstáculo adicional para a elaboração de materiais educativos, recibos e outros recursos necessários para a organização do serviço.

#### 4. Conclusão

Considerando o relato técnico apresentado, é possível concluir que o Programa Banco de Alimentos do município de Natal, enfrenta historicamente uma trajetória repleta de obstáculos.

Embora o processo de Reestruturação iniciado no ano de 2022, tenha permitido uma expressiva evolução, representando um salto de qualidade em seu funcionamento e na ampliação de sua atuação, contribuindo para a minimização da situação de insegurança alimentar em uma proporção muito maior, ainda existe um longo caminho a percorrer para continuar na direção da potencialização de suas ações, sanando as dificuldades relatadas.

Fato que só será possível com a efetiva atuação da gestão pública no fortalecimento de estratégias coerentes com a concretização da Política de Segurança Alimentar no âmbito municipal, no entanto, com os resultados deste estudo, estimula-se a exploração desse tema para a realização de novas pesquisas e estudos a serem abordados posteriormente.

## Agradecimentos

Agradecemos a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização e sucesso deste artigo.

## Referências

- Albuquerque M. F. M. (2009). A segurança alimentar e nutricional e o uso da abordagem de direitos humanos no desenho das políticas públicas para combater a fome e a pobreza. *Revista de Nutrição*, 22(6), 895-903. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732009000600011>.
- Almeida, V. M. A. (2003). *Banco de Alimentos: Uma ponte entre o desperdício e a fome*. 92f. Monografia (Pós-Graduação em Planejamento e Educação Ambiental) – Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro.
- Barreto, M. L., Barros, A. J. D. D., Carvalho, M. S., Codeço, C. T., Hallal, P. R. C., & Medronho, R. D. A. (2020). O que é urgente e necessário para subsidiar as políticas de enfrentamento da pandemia de COVID-19 no Brasil. *Revista Brasileira Epidemiologia*, 23: e200032.
- Belik, W. (2004). *Políticas de seguridad alimentaria y nutrición en América Latina*. Hucitec.
- Belik, W., Cunha, A. R. A. A., & Costa, L. A. (2012). *Crise dos Alimentos para a redução do desperdício no contexto de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil*. *Planejamento e Políticas Públicas*, 38, 107-132.
- Brasil. (2020). *Lei nº 14.016, de 23 de junho de 2020*. Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 119. Seção 1, p. 2.
- Brasil. (2021). Ministério da Cidadania. *Governo Federal Fortalece a Rede Brasileira de Bancos de Alimentos*. *Notícias e Conteúdos*. <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/governo-federal-fortalece-a-rede-brasileira-de-bancos-de-alimentos>.
- Burlandy, L. A., et al. (2010). Avaliação do Programa Banco de Alimentos no Brasil. In *Cadernos de Estudos: Desenvolvimento social em debate. Rede de equipamentos públicos de alimentação e nutrição: resultados de avaliações*. Brasília, DF: MDS; SAGI, 14, p.164.
- Ceasa Campinas (2021). *História dos Bancos de Alimentos*. [http://www.ceasacampinas.com.br/novo/Proj\\_historia.asp](http://www.ceasacampinas.com.br/novo/Proj_historia.asp).
- Costa, L.S., Bastos, M. A., Rocha, D. F., Almeida, A. A. P., Silva, A. V. M., & Silva, J.H. (2014). Capacidade de resposta de Bancos de Alimentos na captação, distribuição e redução do desperdício de alimentos. *Revista Baiana de Saúde Pública*, 38 (1), 30-48. <https://doi.org/10.22278/2318-2660.2014.v38.n1.a716>.
- Daily Bread Food Bank. (2021). *About Mission and Vision*. <http://www.dailybread.ca/about/mission-and-vision/>.
- Gasparoni, G. P. (2017). *Bancos de Alimentos como espaço articulador de Políticas Públicas*. In: II encontro nacional de gestores de bancos de alimentos, 30/11 e 01/12 de 2017, Brasília. [http://www.mds.gov.br/wedatquivos/arquivo/seguranca\\_alimentar/banco\\_de\\_alimentos/II\\_encontro/Banco\\_de\\_Alimentos\\_como\\_espaço\\_articulador\\_de\\_politicas\\_Publicas.pdf](http://www.mds.gov.br/wedatquivos/arquivo/seguranca_alimentar/banco_de_alimentos/II_encontro/Banco_de_Alimentos_como_espaço_articulador_de_politicas_Publicas.pdf).
- Greater Vancouver Food Bank (2021). *Our Programs*. <http://www.foodbank.bc.ca>.
- Pereira, A. S., Shitsuka, D. M., Parreira, F. J., & Shitsuka, R. (2018). Metodologia da Pesquisa Científica. In Pereira et al. (Ed), *Metodologia do Estudo de Caso* (pp.63-74). Rio Grande do Sul: Universidade Federal de Santa Maria.
- Nascimento, R. (2021). Banco de Alimentos como promotor de Segurança Alimentar e Nutricional no município de Foz do Iguaçu. *Revista Competitividade e Sustentabilidade – ComSus*, Edição Especial, 7 (2), 306-320.
- Nascimento, R. C. (2009). A fome como uma questão social nas políticas públicas brasileiras. *Revista IDEAs Interface em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, 3 (2), 197-225. <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/8/9>.
- Novaes, C. R. L. (2008). *Segurança alimentar e nutricional: um estudo da contribuição do Banco de Municipal de Alimentos de Diadema*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- Rangel, T. (2016). O programa Banco de alimentos como instrumento de concreção do direito humano à alimentação adequada. *Lex Humana*, 8 (2), 120-136.
- Roseno, C. M. R., Claudia, R. B., & Pereira, A. S. (2021). Bancos de Alimentos como estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional: potencialidades e desafios. *Semear: Revista de Alimentação, Nutrição e Saúde*, 2 (3), 33-35. <http://seer.unirio.br/ralnuts/article/view/11147/10210>.
- Riches, G. (2002). *Food banks and food security: welfare reform, human rights and social policy. Lessons from Canada?*. *Social Policy & Administration*, 36(6), 648-663.
- ST. Mary's Food Bank (2021). *A hungry, Young mother. A man with a mission. And a new goal*. <http://www.firstfoodbank.org/about>.